

## Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística ...e a busca por um jornalismo humanizado<sup>1</sup>

Jorge Kanehide Ijuim<sup>2</sup>  
Antonio Carlos Sardinha<sup>3</sup>

### Resumo:

A crescente discussão em torno das narrativas jornalísticas – e o conseqüente uso – tem provocado alguns equívocos teórico-práticos. Nota-se, por vezes, generalizações apressadas e descabidas e, por outras vezes, o reducionismo com relação ao papel que deve cumprir no campo da produção jornalística. Diante desta provocação, pretendemos desenvolver neste espaço uma reflexão que possa contribuir com a ampliação do debate em torno do tema. Em seguida, apresentamos algumas constatações desses equívocos – que chamamos de meias verdades. Justamente com base nestas, propomos a construção de narrativas como espaço para o exercício de um jornalismo humanizado. Por fim, num momento de síntese, trazemos nossa compreensão e algumas referências que consideramos coerentes a esta linha teórica.

### Palavras-chave:

Jornalismo e narrativas; Construção de narrativas; Produção jornalística; Estudos do jornalismo.

### 1. Escolha teórica

Partimos do pressuposto que construir narrativas é uma forma de compreender o mundo. Por esta premissa, propomos uma reflexão que remete à discussão da própria essência do jornalismo. Do termo – e da noção – emprestado da teoria literária, a narrativa supõe um enredo que exige uma transformação (Culler, 1999: 84-94). Construir narrativas deve envolver uma contextualização precisa e profunda, fruto de uma observação/percepção cuidadosa dos fenômenos sociais. Para as narrativas contextualizadas há que se contemplar os nexos, as significações desejáveis à audiência, de modo que as pessoas percebam os sentidos das mensagens às suas vidas. Em suma, construir narrativas implica que o jornalista necessita absorver/compreender os fenômenos para poder narrá-los – visando justamente a requerida transformação.

Ao defender o papel do jornalista como um construtor de narrativas, assumimos a postura marxista de *compromisso do profissional com a sociedade*, bem explicitado por Paulo Freire. Para o autor, a primeira condição para este compromisso é exercer a capacidade de atuar e refletir: “É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Jornalismo – Intercom 2007.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela ECA/USP; professor de Jornalismo da UFMS; líder do Grupo de Pesquisa “Jornalismo e construção de narrativas no centro-oeste” (CNPq) – e-mail: [ijuim@uol.com.br](mailto:ijuim@uol.com.br)

<sup>3</sup> Jornalista graduado pela UFMS; jornalista do IBSS – Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste; membro do Grupo de Pesquisa “Jornalismo e construção de narrativas no centro-oeste” (CNPq) – e-mail [sardinhajor@yahoo.com.br](mailto:sardinhajor@yahoo.com.br).

acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis” (1983:15-25).

Ao admitir esse ponto de vista, vislumbramos ao jornalista mais que a visão simplificadora e reducionista de que sua tarefa é informar, “dar o fato”, como se o produto do seu trabalho fosse a expressão fiel da realidade. A chamada ‘Teoria do Espelho’, que prevaleceu por várias décadas desde o século XIX, infelizmente ainda norteia as ações de muitos profissionais, entre eles muitos editores. Por esta teoria, o jornalista seria um comunicador desinteressado, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam de sua missão de informar, procurar a verdade. Inspirados pelo desenvolvimento das câmeras fotográficas, os defensores deste paradigma acreditavam na metáfora de que poderiam divulgar um ‘retrato dos acontecimentos’. Assim, tais profissionais tinham a convicção que “as notícias são como são porque a realidade assim determina” (Traquina, 2005: 146-149).

Esse determinismo fundamenta-se nos paradigmas cientificistas – ou mecanicistas – assentados na certeza. Esta linha também estabeleceu uma cultura nas redações que gerou vários mitos, como o da verdade absoluta, ou acabou por confundir a noção de objetividade.

**Verdade?** - A ciência decorrente da chamada Revolução Científica<sup>4</sup>, pela atuação decisiva de Descartes, Bacon e Newton, a partir do século XVII, nos fez acreditar na possibilidade de acumular verdades controladas. Seu rigor racionalizante – e racionalizador – acabou por definir certos ‘códigos socioculturais’ que, inconscientemente, determinam posturas, maneiras de pensar e agir. O pragmatismo das sociedades modernas mostra agilidade e disciplina na atuação do comunicador, através de regras do ‘como fazer’ [e como pensar]. Ao adotar a racionalidade da ciência para esse fazer, assume-se também uma visão de mundo que crê na concordância perfeita entre ‘o racional e a realidade’. Por isso, valorizando a experiência, o empirismo, do inteligível ao previsível e mensurável, institui a crença de que o jornalismo deva ‘produzir verdades’.

Esta falácia já foi suficientemente contestada com o entendimento da necessidade de se suspeitar do aparente, do oculto ou simulado, como nos alertou Freud, Marx e Nietzsche (Ricoeur, 1978: 128-129). Por isso mesmo, e com a prudência de não considerarmos as certezas absolutas, podemos então aceitar que o jornalismo ‘busca a verdade’, o que está longe de ‘produzir a verdade’. Uma das conseqüências dessa ‘fé nas verdades absolutas’ é o

---

<sup>4</sup> Como bem explicitado por Fritjof Capra, em O ponto de mutação e O Tao da Física.

privilégio às verdades das fontes oficiais, dos especialistas, o que já se consagrou chamar de ‘fontismo’.

Ao adotarmos a noção de que o jornalismo é comunhão entre humanos, podemos então entendê-lo como o ‘compartilhar dos desejos coletivos’. Se é assim, a busca do jornalista não é um objeto – a verdade – mas a compreensão sobre as ações dos sujeitos da comunicação – a expressão dos sentidos de sua consciência. Cabe ao jornalista, portanto, o dever de, a partir do singular, produzir relatos verazes, versões verossímeis, uma visão particular sobre as ações humanas, que reúne o real discursivo jornalístico, o simbólico e o imaginário. E, por isso mesmo, ‘a expressão dos sentidos da consciência’ não se obtém exclusivamente através das versões das fontes oficiais. Ao contrário, na maioria das vezes ‘a visão particular sobre as ações humanas’ se conquista quando se dá a voz a quem, em geral, é negado este direito – as pessoas comuns, os anônimos.

**Entre o objetivo e o subjetivo** - A objetividade desejada ao jornalismo refere-se ao que é válido para todos e não apenas para um indivíduo. A atitude objetiva, no entanto, é estritamente adequada às circunstâncias. Em qualquer matéria jornalística o editor deve exigir do repórter a objetividade necessária para que não cause qualquer dúvida à audiência. As informações devem ser claras, exatas, precisas, de forma que não caia na subjetividade do jornalista e na indefinição do leitor.

- Pelé é o atleta do século.
------------------------------

Em matéria que houvesse esta afirmação, que objetividade seria exigida do repórter? É o atleta do século por reconhecimento internacional, um título obtido na França, em 1973. Por quê? Disputou quatro copas mundiais de futebol, sendo campeão três vezes: Suécia (1958), Chile (1962) e México (1970). Com a equipe do coração, o lendário Santos, de 1956 a 1974 se destacou em todas: duas Copas Intercontinental de clubes, duas Libertadores, cinco Copas Brasil, uma Taça de Prata e 10 Campeonatos Paulista. Para completar, marcou em sua carreira 1.285 gols, em 1.321 partidas. Esta objetividade não deixaria qualquer impressão duvidosa ao leitor/espectador.

Mas o cientificismo levou ao jornalismo uma interpretação equivocada sobre a objetividade. A preocupação de Descartes com ‘a individualidade e a universalidade’ provocou a separação entre ‘o sujeito e o objeto a ser conhecido’, dando origem ao que Morin caracteriza como o pensamento disjuntivo. Além de proporcionar uma visão fragmentada e fragmentária, essa postura fez supor a exigência do distanciamento entre o observador e o objeto observado, ou seja, para que haja um conhecimento objetivo, o sujeito deveria

conservar-se fora da contradição e examiná-lo à distância. O materialismo dialético já se contrapõe a essa atitude, considerando que o observador deve instalar-se no meio da contradição objetiva, pensá-la e expô-la no interior dela. A objetividade positivista também entende, portanto, que o sujeito tem que se desvencilhar de qualquer condição subjetiva – esvaziado de qualquer afetividade.

Este conflito causado por um pensamento reducionista e simplificador pode ser esclarecido com a ajuda de um paradigma emergente que se baseia no Pensamento Complexo. Para tanto, convém recorrer a Edgar Morin, que expõe a noção de complexidade por três ângulos: primeiro como um tecido (*complexus* - o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados – coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Depois, vê a complexidade como o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. Por fim, entende que a vida é não uma substância, mas um fenômeno de auto-eco-organização extraordinariamente complexo que produz autonomia (sd: 20-23).

O pensamento complexo, admitindo um caráter inclusivista e integrador, além de admitir a necessidade de pensar por contradição (dialética), percebe a dificuldade de o observador separar ou dispensar sua subjetividade. O aprimoramento dos sentidos, a elevação da sensibilidade do sujeito, ao contrário, permite-lhe também a elevação de sua capacidade intuitiva, o que contribui com suas habilidades para observar e se expressar.

Subjetividade, intuição é, afinal, o tão propalado ‘faro jornalístico’ – a sensibilidade para enxergar o mundo de forma singular. Portanto, para a produção de relatos verazes, esta tarefa requer identificar a essência, os sentidos dos fenômenos, o que parece pouco plausível ignorando-se a condição subjetiva.

**Construção de narrativas... .. que narrativas?** - Se construir narrativas é uma forma de compreender o mundo, como proposto inicialmente, entendemos que o fazer jornalístico implica na “construção social da realidade”, concordando com as teorias que levam a denominação de ‘construcionistas’. Estas dão relevo à importância de compreender a dimensão cultural das notícias. Como ressalta Michael Schudson, “as notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração” (*apud* Traquina, 2005: 171).

Assim, estas teorias enfatizam que o noticiário representa “a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo”. A divulgação dos acontecimentos, no entanto, não devem permanecer no campo do aleatório, mas trazidos à arena dos significados

– busca de essência. Como destaca Stuart Hall et al., “a identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que fazem referência inteligível a leitores e espectadores” (*apud* Traquina, 2005: 171).

Como processo de construção, tais teorias reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura jornalística – seus recursos e as formas de pensar e fazer – e pela cultura da sociedade em que estão inseridos. Dessa forma, uma gama de referenciais simbólicos da cultura caracteriza uma integração de “lentes” pelas quais o repórter atribui significados aos fenômenos sociais.

As teorias construcionistas tiveram eco no Brasil. Adelmo Genro Filho, em 1987, ao trazer ao debate a ‘essência do jornalismo’, contestou a visão ingênua de fundo funcional-positivista que implica numa compreensão do mundo como um agregado de fatos prontos e acabados. Em contraposição a esse olhar reducionista, o autor apontou o fazer jornalístico como construção social, uma ação humana diante da realidade social, que deve ser entendida como totalidade concreta, como transformação da possibilidade e probabilidade em liberdade através da criação e superação permanente de necessidades.

Para o autor, o jornalismo é uma ‘forma social de conhecimento’. Mas não uma forma qualquer, pois esta é uma visão genérica. Ao buscar mais especificidade a esta noção, recorre às categorias elaboradas por Hegel: singular, particular e universal.

Ao interpretar Genro Filho, Eduardo Meditsch (1992) sublinha que o conhecimento pode se apresentar sob a forma mais universal e a ciência é, por excelência, a forma de conhecimento baseada no universal. Uma lei da física, por exemplo, é um conhecimento real sobre o mundo que está formulado mais universalmente. No caso da sociologia, interessa se um indivíduo integra um grupo social, que tipo de pessoas compõe esse grupo, a que classes pertencem e se tomam determinadas atitudes. Assim, a generalização é a base da ciência. Uma pintura, uma escultura ou uma música será sempre uma visão pessoal de mundo do artista, uma manifestação particular sobre fenômenos sociais. Portanto, a arte se materializa por um conhecimento particular.

Já o Jornalismo é uma forma social de conhecimento que se cristaliza no singular, e sua força está justamente na singularidade. Esta será marcada a partir do repórter, em como enxerga a pauta; como também estará na própria pauta, pois não há pautas iguais. Especialmente a singularidade estará em como o jornalista vivencia o processo de reportagem, o que encontra de peculiar, diferenciado, menos generalizante nos protagonistas do processo comunicativo. Dessa forma, o jornalismo pode ser entendido como uma forma de conhecer o

mundo a partir do singular e a expressão de seu trabalho pode ser o compartilhar de sua construção/compreensão da realidade baseada nas singularidades.

Produzir narrativas supõe, então, a construção social da realidade como totalidade concreta, a partir das singularidades, como meio de transformação - através da criação e superação permanente de necessidades.

**Jornalismo literário e narrativas** - A prática narrativa no Brasil tem sido estimulada, especialmente, por uma herança do New Journalism norte-americano: o Jornalismo Literário, ou Jornalismo narrativo, como também é conhecido. Edvaldo Pereira Lima, um dos pesquisadores [e animadores] dessa linha, o classifica como uma modalidade de prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico utilizando recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) literatura. Seus traços básicos são imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização. Quando trata das ‘narrativas de transformação’, Lima destaca a fundamental postura pró-ativa do repórter para uma ação transformadora, pois “o jornalismo não pode fugir ao seu compromisso com a vida” (Lima *in* Texto Vivo).

Os estudos de Filipe Pena também configuram contribuição expressiva para a aplicação do Jornalismo Literário. Para ele, o jornalista literário não ignora o que aprendeu no jornalismo diário. Os bons princípios da redação, como a apuração rigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de expressar claramente, entre outras coisas, continuam extremamente importantes. Seu desafio é construir novas estratégias profissionais, desenvolvê-las de forma que consiga ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, rompendo com as características da periodicidade e da atualidade. Por isso, é possível ganhar em contextualização e ampliar a visão da realidade. A apropriação de alguns recursos da literatura permite superar a técnica do *lead* e tornar a reportagem menos efêmera ou superficial. Pena recomenda ainda a diversificação de fontes – ultrapassando o que chama de entrevistados de plantão – para ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados. Por fim, o autor defende que é preciso exercer a cidadania, como dever e compromisso com a sociedade – a abordagem pode contribuir com a formação do cidadão, para o bem comum, para a solidariedade (2006: 13-15).

Vale salientar que Tom Wolfe, um dos maiores teóricos do Novo Jornalismo, tem alimentado as reflexões pesquisadores como Lima e de Pena, como a prática de tantos outros que se sensibilizaram pelas alternativas do jornalismo narrativo. Ele propôs, em essência, algumas ferramentas como a construção cena a cena, ao invés da narrativa cronológica; os

diálogos como meio vívido e privilegiado de captação da realidade; o ponto de vista na terceira pessoa, com a cena apresentada sempre pelos olhos de um participante da ação; e a observação e o registro do mundo (Freitas *in* Texto Vivo).

## 2. Meias verdades

Com uma ou outra estratégia diferenciada, mas com a maioria dos pontos essenciais comuns, os autores que discutem o tema desenvolvem suas argumentações de forma a aproximá-las da teoria construcionista, como aqui exposta. Também parece haver concordância em algumas características básicas:

- A técnicas jornalísticas como recursos essenciais;
- Criação de estratégias que permitam a superação, o desenvolvimento dessas técnicas;
- Exercício da cidadania, compromisso social e humanização;
- Descrição e valorização de personagens;
- Descrição de ambientes;
- Ênfase no aprofundamento, na ampliação da visão da realidade.

Mas... No afã de usufruir desses recursos, temos observado que alguns jornalistas têm, inadvertidamente, se apropriado de uma ou outra dessas características (parte) e negligenciam a essência do próprio jornalismo (todo) – a compreensão de mundo. Ou seja, seu trabalho continua sendo um relato parcial (e superficial?) ao invés de construção social da realidade. Por outro lado, entendemos que a construção de narrativas não pode ser embasada somente [ou até um sinônimo] de Jornalismo Literário, embora este seja uma boa referência para fundamentar a prática. Em vista disso, vamos discutir alguns casos que estamos chamando de meias verdades:

**Narrativa e reportagem** - Como primeira meia verdade, podemos contestar o mito de que as narrativas são textos bem elaborados, com linguagem agradável e sedutora, quase literária, e cheios de inspiração. Este mito tem gerado uma postura reducionista e, por vezes, tem sido justificativa para as dificuldades do repórter em apurar, investigar, entrevistar, enfim realizar o exaustivo trabalho de reportagem necessário para o desenvolvimento do bom jornalismo. Como já bem explicitado em vários momentos desta reflexão, a construção de narrativas não pode negligenciar os esforços cuidadosos de reportagem.

**Espaços exclusivos (?)** - A incidência acentuada de outro equívoco nos obriga a relativizar uma argumentação de alguns teóricos quando sustentam que os espaços privilegiados para as narrativas são o livro-reportagem, os cadernos especiais ou revistas especializadas (em geral as de cultura). Sim, são, mas não exclusivamente. Porque acreditamos que qualquer produção jornalística pode constituir uma narrativa, desde que atenda ao caráter aqui discutido. Assim,

poderemos verificar que alguns jornalistas conseguem desenvolver reportagens com tais características em jornais diários, no telejornalismo e até mesmo no jornalismo on-line.

O caderno Aliás, de O Estado de S. Paulo, apresenta uma experiência modelar no campo das narrativas. Esta, no entanto, transcende para as outras editorias. Como exemplo, podemos citar “O grande sertão de Rosa está desaparecendo”, de Daniel Piza (OESP, 12/03/2006). Diante da denúncia de uma pesquisadora da UFMG sobre os problemas ambientais causados pela instalação de carvoarias nas veredas mineiras, o repórter revisitou Guimarães Rosa e seu “grande sertão”. A narrativa de Daniel Piza, além apresentar densidade, clareza e precisão, promove um diálogo interessante entre o passado [as veredas narradas por Rosa] e o presente [a transformação do lugar vista pela pesquisadora Dirce Ribeiro de Melo]. Assim como esta matéria, numa editoria Nacional de O Estado, há outras boas referências de construção de narrativas além dos espaços tidos como consagrados para estas.

No telejornalismo, Neide Duarte tem se destacado por suas reportagens diferenciadas. A série de documentários que produziu em sua estada na TV Cultura (disponível em DVD) é um exemplo primoroso de competência técnica, consciência de mundo e sensibilidade. Nesta série, entrevistou gente comum como Nelson da Conceição - morador do Jardim Ângela, em São Paulo. Questionou como é que um menino que nasceu na periferia acabou tocando contrabaixo. O moço conta a história desde a infância, que ouvia junto de sua mãe os programas policiais do Gil Gomes. O comentário de Neide para fechar a matéria é lapidar:

Ao contrário do que era esperado, Nelson não prestou atenção na narração dos assassinatos. Não prestou atenção no destaque do programa. Escutou o que estava em segundo plano, escutou o que seus ouvidos escolheram: a música. Nesse sentido, realizou um milagre. Um milagre que só um homem é capaz de realizar. Ao perceber que tem o poder de dar ao mundo um novo começo.



Em seu retorno à TV comercial, continua dando um ar especial a suas matérias. Há algo mais comum que o intenso movimento de passageiros no Terminal Rodoviário do Tietê em época de férias? Do tão comum, Neide Duarte consegue tornar sua reportagem incomum. Levada ao ar em janeiro de 2006, a repórter enxerga mais que a grande agitação de tantos passageiros, mas encontra personagens cheios de vida, de histórias, de sonhos – a compreensão sobre esperanças e decepções de pessoas comuns.

Mesmo no jornalismo ditado pelo ‘adiantado do minuto’, há referências que demonstram a exequibilidade das narrativas. Fabiana Silvestre e Gracialiano Rocha, do Campo Grande News, postaram matéria especial em 8/3/2005, o Dia Internacional da Mulher. Driblando o trivial e o agendado, os autores entrevistaram mulheres que ocupam funções antes consagradas aos homens, como motoristas de ônibus ou frentistas de postos de gasolina.



Em “Superado o mito da Amélia, mulheres consolidam espaços”, Fabiana e Graciliano foram às ruas para ouvir aquelas que lutam para romper com o estigma da submissão feminina. Conseguiram dar um toque especial [e pessoal] à matéria. Valorizaram e descreveram personagens, o ambiente, com um tom literário, mas não dispensaram o fundamental: o trabalho de reportagem.

**Dimensões ética e estética** - Um dos equívocos mais marcantes pode-se identificar quando o repórter se preocupa com um aspecto plástico da reportagem e, por mais que o tema suscite relevância social, o seu tratamento acabe por acarretar desdizes éticos danosos e desagradáveis. Vejamos um exemplo:

## FILHOS DA PISTOLEIRA

Eles escutam os gemidos das madrugadas nos cortiços do faroeste brasileiro. Crescem nos confins de Mato Grosso do Sul. Descubrem que homens malvados gargalham de prazer e mães berram de dor. Moram na divisa do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, 44 pequenos municípios, duas cidade importantes, Corumbá e Ponta Porã, 1.517 quilômetros de extensão, porteira de drogas, armas e muambas que abastecem as metrópoles do país e que embrutecem as mulheres da fronteira.

Elas vendem o que o diabo compra. Algumas negociam o rebolado das filhas com uma pistola na cintura. Disparam se o cliente abusa. Não se acham devassas nem contraditórias. Dizem-se realistas.

Outras se desesperam com a fome das crianças, dormem com bandidos e acordam cobertas de sangue, como Luiza Rodrigues, 21 anos e 17 navalhadas espalhadas pelo corpo maltratado nos becos e motéis de Corumbá.

A rua plantou quatro brasileiros no ventre de Luiza. Cada um de um pai diferente, quatro homens que não educam, não sustentam nem vêem os filhos.

"Por isso eu dei a Sarah. Ela pelo menos vai ter uma vida diferente da minha e dos irmãos dela. Vai ter um pai, uma casa e tudo que um filho tem que ter. Dei *ela* para um velho amigo".

...

Maria Aparecida Paes não espera o demo. Vinga-se antes. Levanta a blusa, mostra o trabuco na cintura e anuncia o *striptease* mais aguardado da noite. "Ninguém pode encostar na dançarina. Quem desobedecer, toma bala".

Os clientes obedecem. Já viram a cafetina atirar para defender as curvas de sua herdeira. Karina Gabriela, 18 anos, morena que trocou o colégio pela fantasia sexy de colegial, arranca uivos dos admiradores.

Termina nua e suada. Agradece e vai para casa. Mora com a família nos fundos do cabaré mais tradicional de Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia com 75 mil habitantes separados do Brasil por uma única rua de terra com 15 metros de largura. Do outro lado está Ponta Porã (MS), onde Karina faz aulas de dança e compra as roupas de seus shows:

"Minha mãe escolhe as fantasias. Ela não me deixa fazer programa com ninguém. Só posso dançar, adoro dançar. O ambiente da boate não me assusta. Estou acostumada. É minha casa. Meu mundo".

**O mundo da fronteira é o submundo. E essa é a história de uma terra sombria, onde os limites da moral, da lei e das nações são tão frágeis quanto o corpo da menina que rebola diante do olhar orgulhoso da pistoleira que a pariu no fim do Brasil e no começo do Paraguai.**

---

Trecho extraído do caderno especial "Filhos da Mãe". Correio Brasiliense – 31/08/2005



O uso da narrativa apenas enquanto meio para expressão do discurso jornalístico não significa que o repórter apresenta ao leitor um fazer alternativo. Se entendemos a narrativa

como uma atitude do jornalista diante do mundo, narrar torna-se uma prática que começa antes mesmo da pauta, na disposição do jornalista em perceber o acontecimento e o fenômeno noticioso como resultado de uma ação humana inserida em um tempo histórico e um espaço peculiar. Estes são permeados por uma rede de relações fundamentadas por esquemas culturais vivos em significados e práticas que se concretizam na vida humana – responsável em dar sentido ao corpo estranho que é a sociedade política.

Enquadrar, buscar o que importa e faz sentido, agendar o fato (um fenômeno em movimento) no espaço público – papéis do jornalismo nessa mesma sociedade política – exige já no processo de *newsmaking* que o jornalista-narrador entre em cena para que na própria pauta desenhe o roteiro a ser contado na medida em que avança o processo de apuração. A checagem, a apuração e todas as técnicas, exigidas nessa etapa da transformação da singularidade do fenômeno representado em um fenômeno singular inteligível, se desenvolvem a partir de um projeto maior que é a busca da melhor maneira de contar e apresentar um movimento interessante: o de mudança do status da realidade vivida/observada/compreendida em uma realidade representada/construída e significada pela ação de um agente cultural que desencadeia no leitor e em si mesmo uma mudança sem volta de ser/estar na realidade. É esse o processo que opera o modelo teórico apresentado anteriormente sobre o ato de narrar no jornalismo. Narrar é compreender o mundo por meio de uma ação consciente que constrói desconstruindo, ou seja, é apenas pela narração que consigo, enquanto jornalista, tornar inteligível os esquemas e práticas de uma sociedade política dinâmica e em movimento. Na representação da realidade, o repórter precisa da narrativa para restaurar, religar as relações concretas reconfiguradas para ocupar as páginas do jornal, as lentes da televisão e as ondas do rádio, a partir de sua interferência intencionalmente planejada. A narrativa ajuda a construir para e com o leitor, acostumado mesmo que empiricamente a ver o mundo contextualmente, o cenário social e cultural desconstruído durante o processo de representação e inclusão na esfera pública do jornalismo.

Diante dessas considerações, pode-se afirmar que a narrativa como um fim em si mesma – se o repórter não compreender suas dimensões éticas e estéticas – pode prestar um desserviço ao jornalismo.

O caderno especial do Correio Brasiliense se propunha a tratar de tema delicado e emergente, que aflige a sociedade. Ao percorrer o centro-oeste brasileiro e buscar uma radiografia da situação, contou histórias como “Filhos da pistoleira”. A reportagem apresenta as vivências de Luiza e Maria Aparecida, a partir do que contam sobre o cotidiano de risco no mercado do sexo pelas posições distintas que ocupam – a primeira é profissional do sexo, a

segunda cafetina. As personagens contribuem para delinear, tornar inteligível e caracterizar para o leitor uma região fronteira: “sombria”, sem lei, sem honestidade social e institucionalmente frágil. A humanização, restrita à inclusão de personagens, estrategicamente personifica o que simbolicamente representa a vida “no fim do Brasil”.

Se pretendia chocar, chocou, não só pela exposição da degradação a que estão sujeitos os protagonistas do mundo da prostituição, mas também [e principalmente] pela maneira que foram tratados estes protagonistas. Na tentativa de contextualização, o texto apresenta descrição de ambientes e de personagens [narrativas? Jornalismo literário?], mas escorrega na dimensão estética – pela falta de sensibilidade para um tratamento mais adequado –, como também no aspecto ético. Narrar, nesse contexto, foi representar de maneira unidirecional, pela via de um jornalista-narrador, um mundo que já existia em uma percepção distanciada e autoritária do que estava para se conhecer. A narração, que em tese representa a resposta do jornalista atuando no campo do simbólico e do imaginário, enveredou para a direção contrária. O ponto de partida para o jornalista acabou sendo o de chegada: Mulheres dispersas no tempo e no espaço, em um cotidiano culturalmente pouco representativo acabaram subrepresentadas. Suas histórias foram tratadas por uma perspectiva utilitarista para escrever o que estava dito não por elas, mas por um etnocentrismo moralizador e *pré*-conceituoso de um narrador que se reconhece na cultura da civilidade e, a partir dela, constrói – sem o outro – a realidade social que deseja representar.

A partir do título, e perpassando por vários momentos do texto, é reforçado o estigma da ‘pistoleira’ do ‘faroeste brasileiro’. Na ânsia por uma narração bem elaborada, o uso das metáforas equivocadas chega ao nível do mau gosto, como “elas vendem o que o diabo gosta” ou “a rua plantou quatro brasileiros no ventre de Luiza”. A ‘cereja do bolo’ parece ser a janela que fecha a matéria quando faz alusão à ‘pistoleira que a pariu no fim do Brasil e no começo do Paraguai’. Para completar, não poderia ser mais politicamente [ou humanamente] incorreto estampar uma foto ‘produzida’ com mãe e filha apontando armas uma a outra, na presença de uma criança.

É interessante constatar que a tentativa de narrar cenas, destacar personagens e descrever ambientes, pela abordagem adotada, acabou por provocar efeitos desastrosos. Ao invés de valorizar, o texto faz julgamentos, reforça estereótipos e preconceitos – deprecia o ser humano. Longe de elucidar, a narração não foge de uma percepção trivial que não é suficientemente contextual a ponto de gerar a compreensão sobre o “submundo” de Luiza, Maria, de suas filhas e de centenas de pessoas inseridas em um cenário culturalmente característico e rico em práticas e experiências, mas que acabaram subtraídas em um processo

de representação que narra sem contar. Conclusão: tema relevante, boas intenções, mas resultados catastróficos.

### 3. A humanização como estratégia

Nosso estímulo à ‘construção de narrativas’ vislumbra uma ‘postura’, uma opção teórica que proporcione ao profissional algumas alternativas para firmar seu compromisso com a sociedade. Nossas reflexões têm buscado estratégias que possam traduzir no fazer jornalístico este ideário teórico. É o que chamamos de *jornalismo humanizado*, que sintetiza uma abordagem que oportuniza ao jornalista uma visão mais ampla e consistente aos seus fazeres.

Nosso entendimento sobre o jornalismo humanizado parte das seguintes noções<sup>5</sup>:

O fazer jornalístico *busca versões verdadeiras* e não, necessariamente, *produz a verdade*, pois o jornalista não se relaciona com um *objeto* de conhecimento, mas com *outros seres humanos* envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência.

Na procura da *essência* dos fenômenos, o comunicador atribui-lhe *significados*, os *sentidos*, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a *compreensão* das ações humanas. Se busca a compreensão, conta com observação objetiva, mas para isso recorre a um caráter humano nato, a subjetividade, o fundo intimista capaz de tornar a narração viva – humana. A observação e a expressão dessa compreensão, assim, dispõem dos recursos de todos os órgãos dos sentidos, que envolvem emoções, afetividades - *subjetividades*.

**Habilidades** - Para chegar a tal noção, além de acatar alguns argumentos já discutidos anteriormente, recorreremos às reflexões de L.S. Vygotsky sobre ‘pensamento e linguagem’. Conforme salienta o autor, a expressão dos sentidos de fenômenos é ação simultânea e imbricada às operações mentais do observador-comunicador, enquanto sujeito individual e como membro de um todo – histórico e social. Por este raciocínio, pode-se compreender que um relato das ações humanas – a compreensão de sentidos dos fenômenos – é fruto da observação/ percepção e, ao mesmo tempo, da reflexão sobre esses fenômenos. Ora, a compreensão de um acontecimento é, simultaneamente, a expressão e a reflexão sobre esse acontecimento. Ou ainda, no dizer de Vygotsky, o pensamento verbalizado ou a fala significativa.

O compromisso do jornalista, então, envolve a *observação* e a *reflexão* de mundo, de modo que, *percebendo-o*, possa *expressá-lo*. Não lhe cabe, portanto, somente a função técnica, mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/solidariedade com o público/sociedade – os outros seres humanos.

---

<sup>5</sup> Sistematizado em “Jornal escolar e vivências humanas – um roteiro de viagem”.

Este compromisso marca a perseguição a uma ‘autoria responsável’, pois como entende Manuel Carlos Chaparro, “cada jornalista é responsável moral pelos seus fazeres” (1994: 22). A responsabilidade moral – autoria – está vinculada aos princípios éticos do jornalismo e, necessariamente, do jornalista – um ser humano. Essa postura reflexiva caracteriza um aspecto indispensável ao jornalista para a sua tarefa de atribuir significados aos fenômenos. Pelo exercício ético, com a elevação do seu nível de consciência, poderá melhor pensar-expressar, compreender e levar a compreensão à audiência, como autor e responsável moral por seus fazeres e compromissos. Com a ampliação contínua do seu quadro de referência – seu nível de consciência – seus fazeres poderão constituir, mais que “notícias”, os relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam com a inter-relação de pessoas com quadros de referências diferentes. Esta postura colabora com a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com a ampliação da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos. Se este compromisso configurar-se como um propósito, um querer-fazer e um dever do jornalista, ele poderá contribuir para estender ao seu público o exercício ético do qual participa diuturnamente.

**Desafios** - Diante desse quadro, é indispensável alinhar essas habilidades, aqui discutidas, aos desafios propostos por Cremilda Medina, que devem ser encarados para o desenvolvimento da tarefa de narrar as ações humanas (Medina, 1999: 26).

Se ao jornalista, em seu dia-a-dia, são exigidas as habilidades de *observar, refletir e expressar* o cotidiano, este tem no desafio *técnico* a busca do aperfeiçoamento das narrativas e os recursos tecnológicos como meios que podem levar à veracidade e à compreensão dos fenômenos complexos cognitivos e sociais. Dessa forma, o jornalista-narrador desenvolve sua capacidade de expressão e apreensão do discurso do outro. No sentido *ético*, encontra o campo que permite a elevação do nível de sua consciência e o alargamento de sua visão de mundo, aceitando a alteridade; no aperfeiçoamento ético está a âncora do fazer jornalístico, que também lhe permite a sintonia e a cumplicidade com o universal – compaixão, solidariedade. Do ponto de vista *estético*, transcende as técnicas para alcançar a criatividade, para levar às narrativas os signos contextualizados e regenerados e dar vazão à visão solidária e à intuição – pela empatia, sentimento de intimidade. No aperfeiçoamento estético está, por um ângulo, a possibilidade de obterem-se relatos mais criativos e contextualizados e, por outro (e por isso mesmo), a maior capacidade de observação/percepção.

A narrativa defendida e pretendida para além da estética vazia – portanto, por uma perspectiva humanizada e humanizadora – provoca mudanças naqueles que estão envolvidos,

porque não há monopólio o do narrador jornalista. Ao contrário, a abertura democrática faz do texto jornalístico narrado mais do que uma história com começo, meio e fim, heróis e anti-heróis, certos e errados (resquícios de uma concepção cartesiana e salvacionista). A autêntica narrativa jornalística evita e não se confunde com o discurso do senso comum, mas ressalta o caráter cultural atribuído ao fazer jornalístico dotado de um vigor discursivo e é capaz de tornar esse fazer o gerador de conhecimento sobre a realidade humana que transita.

#### **4. Momento de síntese**

Cabe aqui reafirmar nosso entendimento sobre a construção de narrativas e o jornalismo humanizado. Embora pareçam expressões sinônimas, não são. São noções que se integram, se complementam. Quanto a primeira, vemos como uma *postura*, a opção teórica do profissional pelo compromisso com a sociedade. Já o jornalismo humanizado sintetiza uma *abordagem* que proporciona ao jornalista uma visão mais ampla de consistente aos seus fazeres. Pretendemos com estes termos abranger noções que representem alternativas palpáveis ao processo jornalístico. Por que alternativas, se tratam da busca da própria essência do jornalismo? E por que humanizado se o jornalismo é uma forma de construção social? Porque entendemos que o cientificismo induziu editores e jornalistas a aceitarem modelos racionalistas para seus fazeres. E esses modelos têm ‘embaçado’ nossa visão sobre a raiz: compreensão de mundo. Os modelos racionalistas, integrados à visão simplista e fragmentária do cientificismo, justamente têm provocado a maioria dos equívocos a que chamamos de ‘meias verdades’. E, por isso mesmo, esta redundância é necessária.

Alguns diferenciais aqui apresentados são possibilidades de contribuir com um fazer jornalístico que constitua a ‘construção social da realidade’, a partir das singularidades e, pelos recursos simbólicos da cultura, proporcione compreensão de mundo. Assim também, o jornalismo humanizado, enquanto estratégia para essa construção social da realidade, configura-se como uma perspectiva interessante para ter o ser humano como ponto de partida e de chegada em nossos fazeres.

A fundamentação e as referências aqui apresentadas denotam uma preocupação com o equilíbrio entre o objetivo e o subjetivo, justamente no sentido de o jornalista usufruir mais e melhor das subjetividades para aperfeiçoar seu olhar, sua visão de mundo. Esse ponto de vista é fundamental nesta proposição, pois indica ao profissional uma perspectiva alternativa,

reflete em todo o processo de reportagem e, por consequência, proporciona uma matéria jornalística também singular.

Ao estimular a elevação do nível de sensibilidade – intuição – não quer dizer que propomos o abandono da razão – e das técnicas jornalísticas. Ao contrário, temos a convicção que esta será aperfeiçoada com o melhor uso das subjetividades, tornando-a uma razão criativa.

## Referências

- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo. Cultrix, 1993.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo*. São Paulo. Summus, 1994.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária – Uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo. Beca, 1999.
- FREIRE, Paulo. O compromisso do profissional com a sociedade in *Educação e mudança*. 10 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, Estevam Tavares de. *Jornalismo literário e documentário: interfaces*. Disponível em <http://www.textovivo.com.br/> - acesso de 22/05/2007.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide – Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre. Tchê! Editora, 1987, disponível em <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>.
- IJUIM, Jorge Kanehide. *Jornal escolar e vivências humanas – um roteiro de viagem*. Campo Grande. Edufms, Bauru Edusc, 2005.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *Narrativas de transformação*. Disponível em <http://www.textovivo.com.br/> - acesso de 22/05/2007.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *Texto vivo - conceitos*. Disponível em <http://www.textovivo.com.br/> - acesso de 22/05/2007.
- MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (orgs). *Caminhos do saber plural – Novo pacto da ciência 7*. São Paulo. ECA/USP, 1999.
- MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1992.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 2 ed. Lisboa. Instituto Piaget, sd.
- PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo. Contexto, 2006.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro. Imago Editora, 1978.
- RUSSELL, Bertrand. *A sociedade humana na ética e na política*. Trad. Oswaldo de Araújo Souza. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1956.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo. Vol. I – Porque as notícias são como são*. 2ed. Florianópolis. Insular, 2005.
- VYGOTISKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. Trad. Jéferson Luiz Camargo. São Paulo. Martins Fontes, 1987.